

A produção discursiva de trabalhadoras do SUAS sobre a relação entre OSC e Estado na política de assistência social

Maria Fernanda Aguilar Lara. Universidade de São Paulo
Mariana Prioli Cordeiro. Universidade de São Paulo

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar os sentidos produzidos por profissionais do SUAS acerca das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e o Estado na implementação da política de assistência social no município de São Paulo. A pesquisa foi realizada por meio de revisão de literatura, análise documental e de nove entrevistas semiestruturadas. A análise partiu de uma perspectiva construcionista em Psicologia Social. Particularmente, nos ancoramos nas contribuições do estudo das práticas discursivas, por se tratar de uma abordagem teórico-metodológica que permite a compreensão da produção de sentido no cotidiano. Com base nos resultados, procuramos chamar a atenção para a complexidade que envolve as parcerias entre OSC e Estado nesta política pública, ao dar ênfase ao seu aspecto relacional, polissêmico e multideterminado.

Palavras-chave: discursos, assistência social, parcerias público-privadas.

Abstract

The discursive production of SUAS female labor force on the relationship between CSO and State in social assistance policy. This paper aims to analyze the meanings produced by SUAS professionals about the relationships established between civil society organizations and the State in the implementation of social assistance policy in the city of São Paulo. The research was carried out through literature review, document analysis and nine semi-structured interviews. The analysis is based on a constructionist perspective in Social Psychology. Particularly, we are based on the contributions of the study of discursive practices, a theoretical-methodological approach that allows the understanding of the production of meaning in everyday life. Based on the results of this research, we look for drawing the attention towards the complexity involved in the relations between CSO and the State in this public policy, by emphasizing its relational, polysemic and multi-determined aspects.

Keywords: discourse, social assistance, public-private partnerships.

Resumén

La producción discursiva de las trabajadoras del SUAS sobre la relación entre OSC y el Estado en la política de asistencia social. Este trabajo tiene como objetivo analizar los significados producidos por las profesionales del SUAS sobre las relaciones establecidas entre las organizaciones de la sociedad civil y el Estado en la implementación de la política de asistencia social en la ciudad de São Paulo. La investigación se llevó a cabo mediante revisión de literatura, análisis documental y nueve entrevistas semiestruturadas. El análisis partió de una perspectiva construcionista en Psicología Social. Particularmente, nos basamos en los aportes del estudio de las prácticas discursivas, por tratarse de un abordaje que permite la comprensión de la producción del sentido en la vida cotidiana. Con base en los resultados, buscamos llamar la atención a la complejidad de las relaciones entre OSC y Estado en esta política pública, enfatizando su vertiente relacional, polisémica y multideterminada.

Palabras-clave: discursos, asistencia social, asociaciones público-privadas.

No âmbito da assistência social, a relação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Estado é antiga e constitui um eixo estruturante da política no Brasil. Historicamente, tais organizações – entidades filantrópicas, organizações religiosas (sobretudo vinculadas ao catolicismo), etc. – ocuparam um lugar central na promoção de serviços e ações voltadas às populações em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. Lugar este que foi se transformando ao longo do tempo, mas que, durante o século XX, estava relacionado ao papel residual e subsidiário assumido pelo Estado, que atuava de forma periférica por meio de concessão de subsídios e subvenções para as organizações (Mestriner, 2008; Sposati, 2002). Foi apenas com a Constituição de 1988 e com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, que a assistência social passou a ser concebida como política pública e dever do Estado, tornando-se um direito inalienável de toda(o) cidadã(o) brasileira(o) (Cordeiro, Svartman, & Souza, 2018; Cruz & Guareschi, 2013; Sposati, 2002).

Nos principais documentos que regem a assistência social, as organizações são reconhecidas como entidades importantes para a construção da política, cabendo ao Estado a responsabilidade pela sua condução e consolidação (e.g. Lei n. 8.742/1993; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005). Assim, em muitas localidades, a implementação desta política se deu a partir de uma rede socioassistencial mista, com a presença de instituições estatais e não estatais – ou seja, a partir de serviços administrados diretamente pelo poder público e de serviços implementados via convênios com OSC (Brettas 2016; Lara, 2020; Spink & Ramos, 2016). Esse cenário de ampla participação das OSC na política de assistência social (e nas políticas públicas de forma geral) tem mobilizado diferentes discursos e divergências políticas. Existem diversas concepções, que variam desde entendimentos mais amplos sobre a natureza da dimensão pública e do papel do Estado (Lavalle, Carlos, Dowbor, & Szwako, 2019; Lopes & Abreu, 2014), a mais específicos, sobre os modos de regulação das parcerias (Bichir, Brettas, & Canato, 2017; Mendonça, 2017).

Se recorrermos à literatura acadêmica, veremos que muitas foram as formas de abordar as parcerias na assistência social. Uma parte da literatura sustenta que elas são decorrência da desresponsabilização do Estado pela estruturação da política, principalmente tendo em vista o avanço do neoliberalismo e a defesa do “Estado mínimo” (Perez, 2005; Souza, 2017). Algumas/ns autoras/

es chamam essa relação de terceirização (Cordeiro & Sato, 2017; Souza 2017), pois o Estado delegaria a “terceiros” (às OSC) a execução de serviços que deveriam ser de sua responsabilidade. Alguns estudos afirmam, ainda, que as OSC perdem sua autonomia, característica da sociedade civil, ao se submeterem às regras do Estado (Lopez & Abreu, 2014; Perez, 2005). Outros trabalhos dirão que o Estado assume outros contornos de regulação e corresponsabilização das políticas públicas, afirmando a possibilidade da construção de uma rede de caráter público (Brettas, 2016; Jaccoud, Bichir, & Mesquita, 2017; Marin, 2012; Pereira, 2019). Outros tantos apresentam elementos que apontam para a multiplicidade de relações que perpassam a interação entre Estado e sociedade civil (Chiachio, 2006; Costa, 2016).

Neste artigo, não buscamos discutir o papel do Estado e da sociedade civil no âmbito da assistência social à luz da literatura. Mas, inspiradas em leituras sobre a análise de práticas discursivas como ferramenta metodológica para entender a produção de sentidos na vida cotidiana (M. J. Spink, 2010, 2013), optamos por ouvir e dialogar com as trabalhadoras que participam diretamente da implementação dessa política pública. Decidimos construir conjuntamente reflexões que possam fornecer pistas sobre como esta relação se materializa no cotidiano dos serviços socioassistenciais. Para nós, os estudos centrados em revisões teóricas e de literatura são fundamentais para a sistematização e o amadurecimento do conhecimento acadêmico. Contudo, acreditamos que o estudo centrado em aspectos do cotidiano possibilita reflexões de viés mais “pluralista”, micropolítico e relacional; de forma a evidenciar as múltiplas formas de “construção” de mundo, contribuindo para a produção de novas reflexões teóricas sobre o objeto de estudo.

Assim, o objetivo principal analisar os sentidos produzidos por profissionais do SUAS acerca das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e o Estado na implementação da política de assistência social no município de São Paulo. Buscamos compreender como elas/es entendiam o “Estado” (o seu papel, suas responsabilidades e atribuições), como analisavam a “sociedade civil” (a partir do papel desempenhado pelas OSC) e quais as dificuldades, potencialidades e desafios na relação Estado-OSC. Escolhemos analisar a assistência social, pois, nesta política, a implementação de serviços por meio de parcerias tem gerado muitas controvérsias nos espaços de discussão acadêmica e política – a própria ideia de “rede

socioassistencial” foi (e tem sido) objeto de disputas ao longo do processo de construção e consolidação do SUAS. E optamos por estudar o caso de São Paulo, pois, no município, a grande maioria da rede socioassistencial (cerca de 94%) é implementada mediante convênios com as OSC, sendo apenas 6% da rede gerida diretamente pelo poder público (Bichir et al., 2017). Isto é, as organizações ocupam um lugar relevante para a efetivação da política no município, não apenas por implementarem a maioria dos serviços, mas também por terem participado ativamente do processo histórico de construção e consolidação da política¹.

A partir dos resultados desta pesquisa, procuramos chamar a atenção para a complexidade que envolve as relações entre OSC e Estado na assistência social. Tentamos evidenciar como ambas as esferas são complexas, difusas, multifacetadas e compostas por diversas instâncias, atores, instituições e burocracias. Complementarmente, buscamos dar ênfase ao aspecto relacional e multideterminado da relação Estado-OSC, ao explicitar a diversidade de sentidos atribuídos à “sociedade civil”, de forma mais específica, às “OSC” e ao “Estado”.

O estudo das práticas discursivas de trabalhadoras/es que estão na linha de frente de uma política pública é de fundamental importância para a compreensão de seu funcionamento e operacionalização. A forma como as/os trabalhadoras/es significam e produzem sentidos acerca de uma política pública, e dos atores que nela estão envolvidos, tem influência no modo como a implementam e executam. Portanto, estudos com este caráter podem propiciar discussões que contribuam também para o aprimoramento do processo de avaliação e execução de políticas públicas.

Percorso teórico e metodológico

Neste trabalho, adotamos uma postura construcionista, fortemente embasada na obra de autoras(es) como Tomás Ibañez (2001, 2003), Lupicinio Iñiguez (2005), Mary Jane Spink (2010, 2013; M. J. Spink et al., 2013) e Peter Spink (2003, 2018). A seguir, apresentaremos, de forma breve, os conceitos propostos por essas(es) autoras(es) que embasaram nossas análises e, em seguida, os caminhos metodológicos que percorremos para produzir o material analisado.

A Abordagem Teórica que Orientou a Condução e Análise dos Discursos

Começamos pela noção de práticas discursivas. Ela faz referência à maneira pela qual as pessoas produzem

sentidos e significam o mundo a sua volta, explicitam e constroem os fenômenos do cotidiano, (re)inventam as formas de viver e conviver em sociedade (M. J. Spink, 2010; M. J. Spink et al., 2013). A concepção de linguagem adotada nessa perspectiva é a *linguagem em uso*, isto é, a linguagem como “ação”, como prática social constitutiva da vida em sociedade. Tal perspectiva se atenta tanto aos aspectos performáticos da linguagem (de que modo ela acontece, com que intenções, em que situações, etc.) quanto às suas condições de produção (contexto socio-cultural, econômico, histórico e político).

Segundo Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), práticas discursivas não são sinônimas de discurso. Afinal, esta última expressão faz menção às regularidades da linguagem e a seu uso convencional, por conseguinte, a um aspecto mais institucionalizado da linguagem. Diz respeito àquilo que está no âmbito das convenções sociais, que representa o acúmulo de saber de determinados grupos (partidos, igrejas, comunidades etc.) ou áreas de saber (psicologia sociologia, física, matemática etc.). Este aspecto comum e “estável” do discurso pode ser observado a partir dos “repertórios linguísticos” utilizados nos atos comunicativos. Entendemos, aqui, “repertórios linguísticos” como “os termos, os conceitos, os lugares comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos” (M. J. Spink, 2010, p. 32). São as terminologias compartilhadas pelas pessoas que permitem nomear e significar os objetos. Por serem elementos centrais no estudo da produção de sentidos, um passo fundamental da análise é identificar os repertórios em uso e seus efeitos, buscando compreender como a partir deles as pessoas produzem versões da realidade. Esta noção nos auxilia no exame sistemático dos discursos que circundam um determinado fenômeno político.

O discurso tem uma tendência a permanecer mais “estável” no tempo, pois está mais “consolidado” no imaginário social. Os discursos se localizam no âmbito macrossocial da linguagem, abarcando as estruturas discursivas que perpassam grupos, instituições e segmentos sociais (M. J. Spink & Medrado, 2013). Por outro lado, a despeito destas regularidades discursivas, existem também as inflexões e variações produzidas nas interações tecidas no cotidiano. Correspondem às formas discursivas que as pessoas utilizam para dar sentido aos repertórios linguísticos presentes no meio social. Portanto, abrange uma perspectiva mais microsocial, localizada nas ações do dia a dia, nos atos comunicativos e nas práticas discursivas do cotidiano.

Embora o conceito de discurso nos remeta a uma estrutura de reprodução social (M. J. Spink & Medrado, 2013), ao elucidarmos o discurso em uso – isto é, sua dimensão de variabilidade a partir da forma como as pessoas o materializam em seus cotidianos – estamos estudando, como proposto por M. J. Spink (2010), *práticas discursivas*. Práticas porque ressaltam o caráter de ação do discurso. Dessa forma, o conceito de *práticas discursivas* nos remete “aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (M. J. Spink & Medrado, 2013, p. 5).

Nessa forma de compreender o mundo, as políticas públicas são um produto social, historicamente construído por meio das interações linguísticas. Nas palavras de Peter Spink (2018), política pública “é uma ferramenta discursiva, ou um conceito, que utilizamos para conversar sobre o que governos fazem, dizem que querem mudar ou priorizar e, pela mesma lógica – porque a falta de ação é também ação – aquilo que governos não querem fazer ou que não querem mudar ou priorizar” (P. Spink, 2018, pp. 13-14). A partir da perspectiva construcionista, damos ênfase ao estudo do uso das diferentes linguagens que conformam o funcionamento das políticas públicas tendo em vista a compreensão da “forma” como são produzidas e dos “efeitos” que produzem nos sujeitos envolvidos.

Procedimentos Metodológicos

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo realizada em três etapas interdependentes: (I) revisão da literatura e de documentos públicos; (II) entrevistas semiestruturadas; (III) sistematização e análise das informações produzidas nas etapas anteriores. A primeira etapa foi utilizada para aprofundamento do tema de pesquisa, além de possibilitar a contextualização histórica, política e social dos discursos analisados. Na segunda etapa foram realizadas nove entrevistas com profissionais do SUAS. Buscamos abranger distintos cargos e entrevistar tanto trabalhadoras(es) vinculadas à administração direta quanto à indireta. No âmbito das OSC, conversamos com três gestoras que ocupam cargos de presidência e coordenação (Presidenta 1 e 2 e Coordenadora 1) – responsáveis pela coordenação de toda a OSC, isto é, de todos os serviços conveniados à organização – e três de gerentes de serviços (Gerente de serviço 1, 2 e 3) – que ficam a cargo da gestão de um único equipamento conveniado. Já as entrevistas com

profissionais da administração direta foram feitas com duas gestoras de parceria de dois Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Gestoras de Parcerias 1 e 2) e com uma profissional que trabalhou tanto como supervisora de uma Supervisão de Assistência Social – SAS, quanto na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS (Supervisora 1). As gestoras de parcerias são as/os assistentes sociais ou psicólogas/os lotadas/os nos CRAS e CREAS responsáveis pela supervisão e fiscalização dos serviços ofertados nos equipamentos conveniados. As supervisoras das SAS têm como atribuição gerir toda a rede conveniada do seu território, cuidando desde a seleção das OSC até a prestação de contas.

Escolhemos abranger este segmento profissional, pois todas elas ocupam cargos que envolvem diretamente a articulação entre OSC e Estado na execução da política de assistência social – seja porque atuam na gestão de equipamentos implementados por organizações ou como gestoras/supervisoras vinculadas ao poder público. As entrevistas ocorreram nos locais de trabalho das participantes, tiveram duração média de 1h30 e foram gravadas em áudio e transcritas integralmente².

Na terceira etapa, de sistematização e análise do material, todas as entrevistas foram transcritas integralmente, de modo a preservar o discurso original das profissionais que participaram da pesquisa. Em um segundo momento, lemos todas as transcrições, ao mesmo tempo em que colocamos em destaque (a partir da utilização da ferramenta “realce do texto” do programa Word) os trechos que consideramos mais relevantes. Esta etapa foi realizada mais de uma vez, pois, a partir dela, foi possível construir as nossas “temáticas de análise”. Por fim, tendo em vista nosso objetivo da pesquisa, escolhemos três temáticas gerais de análise: (1) como compreendem a relação Estado-sociedade civil no âmbito da assistência social; (2) como nomeiam e caracterizam o Estado; (3) como nomeiam e qualificam a sociedade civil.

Tendo escolhido nossas temáticas de análise, delimitamos quatro passos para o processo de análise discursiva. No *primeiro*, voltamos às transcrições e destacamos em diferentes cores (uma para cada temática) os trechos que caracterizavam cada uma das temáticas de análise. No *segundo passo*, transpusemos os principais trechos que representavam cada uma das temáticas em um quadro, discriminando tais categorias em colunas separadas. No *terceiro passo*, isolamos e sintetizamos em sentenças curtas as formas como as profissionais

enunciam os conteúdos discursivos que se enquadram nas temáticas previamente estipuladas. No *quarto passo*, sistematizamos as informações e construímos uma narrativa, de base interpretativa, para cada uma das temáticas. No tópico abaixo será apresentada a sistematização das informações produzidas com base na análise realizada.

A relação entre Estado e sociedade civil para profissionais do SUAS de São Paulo

Neste trabalho, queremos chamar a atenção para a multiplicidade de formas de nomear e caracterizar o Estado, a sociedade civil e a relação entre ambos. Convém mencionar que nosso objetivo não era analisar as relações entre o Estado e a sociedade civil em termos gerais e abstratos, mas sim uma forma específica e localizada de Estado (a administração municipal de São Paulo) e de sociedade civil (as OSC que atuam na assistência social nesse município). Contudo, nas entrevistas, ora era possível focar na relação OSC e Estado, ora o diálogo se estendia para uma compreensão mais ampla da relação Estado e sociedade civil no campo da assistência social paulistana. Assim, as reflexões tecidas fugiram apenas do escopo das OSC, abrangendo outras instâncias e setores da sociedade civil. Portanto, neste ponto iremos falar sobre as caracterizações feitas ao Estado e a sociedade civil de forma ampla.

Nomeando o “Estado” e a “Sociedade Civil”

Antes de discutir a relação entre “Estado” e “sociedade civil”, é importante apresentar como tais campos foram nomeados pelas trabalhadoras entrevistadas. Alguns repertórios utilizados para fazer menção ao Estado foram “SMADS”, “CRAS e CREAS”, “profissionais da SAS”, “Ministério Público”, as/os “juízes/as das Varas”, “Prefeitura”, “burocracia”, as “ordens”, os “instrumentais das parcerias”, as “portarias e leis”, a “Câmara Municipal”, entre outros. Já a sociedade civil foi nomeada como as/os “trabalhadoras/es”, as “organizações”, as/os “usuários/as” “famílias”, a “população em geral”, “voluntárias/os”, a “comunidade”, a “igreja”, os “movimentos sociais”, os “sindicatos”, o “Conselho Municipal de Assistência Social”, o “Fórum de Assistência Social” etc.

Foram muitos os repertórios utilizados para fazer menção a cada instância, o que nos mostra como ambas as esferas são múltiplas e difusas. Dependendo de quem era chamado de “Estado” e de “sociedade

civil”, a caracterização e a definição variavam. Nesse sentido, podemos observar que, em análises microsociais, o Estado não é um bloco monolítico nem estático. Ao contrário, para as pessoas entrevistadas, ele é um espaço permeado de conflitos e disputas e que está em constante transformação. É uma esfera que assume diversas funções que variam de acordo com as instâncias que estão sendo nomeadas como Estado e de acordo com o sentido que a pessoa atribui a tais instâncias/cargos/pessoas.

Apenas para citar um exemplo, em uma conversa realizada com a Gestora de Parceria 2, em alguns momentos ela se considerava como parte da sociedade civil (por ser trabalhadora, representante de sindicato, cidadã), em outros falava como representante do poder público e funcionária da administração municipal – conforme vemos no trecho abaixo:

Então, hoje, eu vejo assim: SMADS eu vejo como um órgão... Eu sou SMADS, mas eu vejo SMADS acima de mim. Entende o que eu quero dizer? Eu sou SMADS, mas SMADS [está] acima de mim, porque eu não estou no processo de construção do que vem da SMADS. Não estou no processo de construção. Então, não me considero SMADS o tempo todo. Às vezes, SMADS é um email que chega e diz: “cumpra-se!” SMADS, às vezes, é minha coordenadora que faz uma reunião de equipe e fala: “Olha, eu estive na reunião de coordenadores e supervisores, a gente tem que fazer assim agora.” E, às vezes, o que acontece? Eu acabo sendo essa relação entre gerente e SMADS. (Entrevista 9 - Gestora de Parceria 2)

Notamos, neste trecho, que a própria SMADS, como representante do poder público, é representada por vários cargos e pessoas, sendo materializada na figura da “trabalhadora”, da “coordenadora do CREAS” e nas instâncias de gestão que “estão acima” de ambas. Esta multiplicidade de termos utilizados para nomear o Estado – aqui representado pela SMADS – nos mostra que, em análises de cunho micro e relacional, muitas vezes, é difícil distinguir quem é Estado e quem é sociedade civil e, conseqüentemente, ambas as esferas ganham diferentes qualificações.

Os Discursos sobre as Relações entre Estado e Organizações da Sociedade Civil

As construções discursivas acerca da relação entre as organizações e o poder público na assistência social de São Paulo tiveram variações que não se restringiram aos diferentes cargos e posições institucionais, mas uma mesma pessoa qualificou a relação de

diferentes maneiras a depender de quem era nomeado como Estado e como sociedade civil. Por exemplo, em todas as entrevistas, em maior ou menor grau, tivemos o uso da palavra *distante* para caracterizar a relação OSC e Estado. Ou seja, uma relação marcada pelo distanciamento entre o poder público e o cotidiano de trabalho, entre o/a trabalhador/a que executa o serviço e o/a gestor/a que formula, entre as demandas da sociedade civil (pelo menos de grande parte dela) e o “conteúdo” das políticas públicas, entre a realidade das OSC (principalmente das pequenas) e as leis que regulamentam as parcerias. Geralmente, nestes momentos, o “Estado” era representado pelos governos, pela Prefeitura, pela gestão da SMADS, pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público, em menor proporção pelas SAS, entre outros. Isto é, instâncias que hierarquicamente estariam mais “distantes” da operacionalização e execução dos serviços.

Para cada uma destas instâncias e cargos, existe uma variabilidade na “intensidade” do distanciamento. Percebemos também que o atributo *distante* era mobilizado, em distintas ocasiões, como uma forma de diferenciar a sociedade civil, representada pela população e trabalhadores, do “Estado” como instituição de organização social. De forma ilustrativa separamos alguns trechos da entrevista realizada com a Gerente 1:

(...) É bem distante. Acho que uma crítica que você vai ouvir [de forma] recorrente é a de que quem pensa o serviço, quem escreve, tá muito distante de quem executa. Assim, a gente vê que as ordens que vêm de lá, as coisas da tipificação, é escrito, algumas coisas, por quem a gente vê que nunca nem entrou no serviço de acolhimento. (...) É bem distante essa relação. A gente não faz encontros. Não tem... A proteção especial, a SMADS não faz, não tem discussão de rede, não faz discussão de caso com os serviços. (...). Então o diálogo é deles e depois chega pra nós. Então é meio um telefone sem fio assim, fica bem fragmentado. (...) Esse distanciamento fragiliza, assim. Porque eles não conhecem a nossa realidade, eles não sabem do nosso serviço. Eles não entendem como as coisas se dão aqui na prática. Então, às vezes, são coisas bem irreais, assim. (Entrevista 2 - Gerente de Serviço 1)

Neste relato, notamos que as atribuições das OSC e do Estado são diferentes, cabendo ao Estado a função de pensar, formular e escrever a política e às organizações a função de execução dos serviços. É interessante observar que, nesse trecho, não foi relatado apenas um distanciamento entre o poder público e as organizações,

mas também a ação estatal foi caracterizada como “as ordens que vêm de lá”. O uso da palavra “ordem” nos faz pensar que, para a Gerente 1, essa relação não é simétrica ou horizontal. Pelo contrário, nos parece pertinente afirmar que, em sua percepção, existem relações desiguais de poder que permeiam a relação OSC e Estado, nas quais o Estado detém o poder de “escrever a política”; ou seja, de decidir como será realizada a execução do trabalho (normas e diretrizes) e de cobrar resultados. O advérbio “lá” ressalta o distanciamento entre as duas esferas.

Outro modo de caracterização parte de leituras sobre o uso de parcerias como uma forma de *transferência de responsabilidade* do Estado para as organizações. Em algumas entrevistas (Gerente de serviço 1 e 2, Gestora de parcerias 1), a transferência de responsabilidade foi definida como uma “terceirização” e vista como algo bastante prejudicial para o caráter público da política de assistência social. Percebemos que estas trabalhadoras partiam de uma concepção específica de Estado, na qual a implementação dos serviços deve ser realizada exclusivamente pelo poder público. A gerente de serviço 2, por exemplo, sustenta que:

Então, eu acho que há uma transferência de responsabilidade, que o Estado deveria administrar esses serviços, mas não o faz. Ele terceirizou. E aí ele coloca as organizações sociais para executar. Só que essa transferência é prejudicada. ... Só que essa terceirização também é isso: “Resolve, vocês, porque eu não quero saber de nada”. [...] Eles falam que são parceiros, mas eles não são parceiros. A associação é uma e a prefeitura é outra. E acabou. Não existe essa parceria. Então eu pago, eu dou o dinheiro pra você e você tem que se virar com o dinheiro e me presta conta no final do mês. Só isso. E isso não é parceria. (Entrevista 3, Gerente de serviço 2)

Em outras entrevistas (Presidenta 1, Supervisora 1, Gerente de serviço 3, Presidenta 2, Gestora de Parcerias 2), as parcerias não eram vistas como uma “terceirização”, mas passíveis de serem realizadas como “parcerias de fato”. Contudo, em alguns aspectos, era avaliado que o poder público se eximia de suas responsabilidades, sobrecarregando o trabalho desenvolvido pelas organizações. Neste sentido, havia em menor proporção transferências de responsabilidades estatais para as organizações, o que prejudicaria a execução adequada da política. Nessas entrevistas, foi apontado que a construção de uma “relação de parceria” ou uma “relação

mais distante” dependia muito de quem ocupava a gestão da Prefeitura, da SMADS e os demais cargos que gestionam a assistência social. Ou seja, a depender da pessoa que ocupa cargos específicos há menor ou maior abertura ao diálogo.

A relação de parceria, meu Deus, como é difícil a relação de parceria! Por mais que a tipificação nacional, a NOB ou o próprio SUAS, falem da parceria, São Paulo é atípico. São Paulo tem 90% levado pela rede conveniada. E nós nos sentimos tarefeiros do poder público. Nós vamos tentando... Agora mudou o secretário, a gente vai tentando falar que é parceiro, né? Mas de repente até o gestor, que é alguém que tá muito próximo daqui ele não gosta de organização social. Então ele faz de tudo pra prejudicar, ele não autoriza compra, faz com que a gente devolva recurso... Nós ainda não estamos enxergando a parceira na assistência. ...Não dá pra colocar todos no mesmo saco, né? Porque aqui, em [nome da região], nós temos uma supervisora [da SAS] que é muito parceira. Ela acabou de chamar todos nós, representantes de organização, para uma reunião para dar um chacoalhão mesmo. Tipo, presidente, é o seu nome que vai! Cuida da prestação de contas! Observa os gastos! Olha com o que você está trabalhando, com nota fiscal. (Entrevista 8 - Presidenta 2)

No relato acima, vemos que ora a relação Estado-OSC não é caracterizada como uma parceria – quando o gestor é mais “distante” da OSC – ora, dependendo de quem está sendo chamado de Estado, é reconhecida como de parceria – quando o representante do poder público é mais próximo da organização. Notamos também que, em alguns momentos, a relação também era definida como de “cooperação”, em que ambos (OSC e Estado) trabalham e *aprendem* mutuamente. Algumas trabalhadoras (Presidenta 1, Supervisora 1, Gerente de serviço 3, Presidenta 2 e Gestora de Parceria 2) acreditam que as organizações em São Paulo exerceram e exercem um papel fundamental na trajetória da assistência social, sendo atores importantes para a estruturação da política. Estas trabalhadoras definem muitas organizações (principalmente as menores, de bairro e “militantes”) como instituições fruto da organização da sociedade civil na reivindicação de melhores condições de vida para a população de seus bairros. Apenas para citar um exemplo, apresentamos o seguinte relato:

A nossa história é completamente diferente. A nossa história é uma história de vinculação com os movimentos sociais. As organizações sociais de

São Paulo, de uns anos pra cá, acho que sobretudo [a partir do] final da década de 90, anos 2000, com a abertura democrática e com a abertura política deste país, as organizações sociais têm um papel fundamental. A gente tem organizações sociais de muitos anos e tem organizações sociais que vieram no tapetão. Agora, não me parece que [seja] só por isso, ou seja, que por não ser Estado, que obviamente há uma relação de terceirização. Não!...Agora, acho que o Estado, SMADS, peca, pecou e continua pecando, porque a relação com as organizações sociais, desde as instâncias de deliberação macro, no gabinete, até a relação com o conselho municipal de assistência social e, sem dúvida, nas instâncias de gestão territorial — as SAS, os CRAS, os CREAS — é alguma coisa que a Secretaria não olha com o cuidado que merecia olhar. (Entrevista 4 - Supervisora 1)

Vemos que, para esta trabalhadora, a atuação das OSC na assistência social está vinculada à luta junto aos “movimentos sociais” em prol da construção da política. Para ela, a participação das OSC na assistência não é um processo de “terceirização”, pois a construção e implementação deveria ocorrer de forma conjunta entre atores da sociedade civil e do Estado. Entretanto, ela aponta que os órgãos vinculados ao poder público não têm “olhado com o cuidado necessário” para as organizações, fazendo menção a relações de poder que permeiam o cotidiano de trabalho dessas organizações. É interessante notar que, para ela, representantes de ambos os setores (estatal e não-estatal) são trabalhadores(as) que, juntos(as), atuam para a efetivação da proteção social. Nessa fala, também é ressaltado que os serviços ofertados pelas OSC são de caráter público, ainda que não estatal.

Em alguns momentos, as entrevistas destacaram um processo de *cooperação* e construção mútua em relação ao relacionamento entre OSC e Estado na formulação e implementação da política pública. Se por um lado, o Estado *aprendeu* junto às organizações a transformar as demandas sociais específicas em ações e políticas públicas, por outro, as OSC também aprenderam a se especializar nos convênios com o Estado, pois tiveram que estudar as diretrizes que regem a política e, a partir delas, continuar a desenvolver o trabalho junto às comunidades. Nestes momentos, em nossa compreensão, parte-se de uma visão de complementaridade entre OSC e Estado na implementação da política de assistência social, ou seja, as parcerias seriam uma forma de *inclusão* e *participação* de parte da sociedade civil na promoção das políticas públicas. Cabe salientar

que os atributos de *cooperação* e *aprendizado* foram mais frequentes quando a relação era analisada a partir da interação entre as gerentes (representantes das OSC) e as gestoras de parcerias do CREAS (representantes da administração pública). Isto fica evidente nos fragmentos apresentados abaixo:

[Com a gestora de parcerias] A gente discute quantos acolhimentos foram feitos, quantos desacolhimentos, quantas visitas domiciliares, e aí a gente acaba levando [as demandas] pra eles também e aí o trabalho é de parceria.(...) A gente pede ajuda, sei lá, pra inserir as crianças na rede. Para as crianças começarem a receber os benefícios de transferência de renda. Então ela auxilia junto ao CREAS. (Entrevista 2 - Gerente de Serviços 1)

Nesse relato, notamos que a relação com a gestora do CREAS é caracterizada como de parceria, de construção conjunta. Foi apontado que, com estas profissionais, ocorrem discussões de casos, compartilhamento das dificuldades do trabalho e suporte para a articulação da rede. Por outro lado, foi mencionado que as gestoras de parcerias dos CREAS realizam também um trabalho de fiscalização, justamente por serem representantes do poder público. No entanto, a despeito de elas fiscalizarem o trabalho, nos parece que a relação é vista como mais próxima, e as gestoras são compreendidas como alguém que entende as dificuldades do trabalho, pois conhecem a realidade dos serviços.

Por fim, independente da caracterização que era realizada pelas trabalhadoras, em todas as entrevistas foi sinalizada a existência de *relações desiguais de poder*: de hierarquias, de assimetrias em termos de recursos, de desigualdades na capacidade de tomada de decisões, de subordinação de alguns atores em detrimento do privilegiamento de outros. Na maioria das vezes, o “Estado” era considerado como aquele que “detém maior poder”, seja em termos de recursos ou de poder decisório. Entretanto, no relato abaixo, percebemos que a assimetria de poder também pode estar nas mãos das OSC, mais especificamente, das grandes OSC – como relatado pela Gestora de parceria 2:

Olha, eu falo pra você, que são relações muito fortes na questão da política. Essa relação da prefeitura, do município com essas OSCs. A gente tem desde aquelas OSCs grandes, que detêm vários serviços no município, até aquelas pequenas, menores. Aqui na [nome da região] a gente não sente tanto o poder dessas grandes organizações. A gente não sente tanto essa pressão tão política

em cima da gente. É óbvio que pode ser porque a gente ainda não tenha tido grandes relações de atrito, mas eu não senti tanto não.... Mas, historicamente, eu vejo colegas que estão na gestão dos serviços, supervisão de serviços, que eu já vi casos de colegas, assim, serem assediados claramente, pelos dois lados. Tanto por SMADS como pelas OSCs. (Entrevista 9 - Gestora de Parceria 2)

No relato acima, a Gestora de Parceria 2 apontou que as grandes OSC (que detêm muitos convênios) teriam mais poder, inclusive se comparadas à própria SMADS. Para a entrevistada, as grandes OSC interferem no desenvolvimento institucional da política e teriam um poder de diálogo maior com as pessoas que ocupam cargos do alto escalão do poder público. Nesta relação, a gestora de parcerias acabaria por ficar “no meio do fogo cruzado” – como sinalizado pela profissional em outro momento da entrevista. Assim, percebemos que a relação entre OSC e Estado é bastante complexa e requer uma análise cuidadosa, pois as relações de poder permeiam ambos os espaços a depender de que instâncias estão sendo analisadas.

Algumas reflexões sobre os discursos

A partir da análise das entrevistas e em diálogo com a literatura base sobre práticas discursivas, neste trabalho quando nos referimos ao Estado, não buscamos a aceção de uma única conformação que está “pronta e acabada”, mas de um processo que é estritamente relacional, e portanto social, temporal, situacional e historicamente contextualizado (Lavalle, et al., 2019). Isto não quer dizer que não possamos traçar perfis e análises conjunturais sobre o Estado, nem que o Estado não possua características constitutivas particulares. Contudo, tais generalizações não são analiticamente úteis quando se busca interpretações de cunho relacional e análises micropolíticas. Desta forma, o aparelho estatal aqui analisado se remeteu aos atores, instituições e burocracias que conformam a administração pública na localidade estudada, o município de São Paulo.

Por outro lado, a partir de uma apreciação similar, entendemos a sociedade civil enquanto setores da sociedade organizados em torno da esfera pública, marcados por interesses e processos históricos distintos, que se organizam em prol da participação e da construção política, na luta pela institucionalização de seus interesses na burocracia e na ação do Estado. Sendo assim, não há uma única sociedade civil, mas diversas formas e organizações que podem ser compreendidas

analiticamente como pertencentes à “sociedade civil”. Aqui, enfocamos nossa análise em uma forma institucionalizada de sociedade civil, as organizações da sociedade civil (OSC) que atuam por meio de parcerias com a administração pública na construção e implementação de políticas sociais – especificamente, neste caso, na política de assistência social de São Paulo.

A partir das reflexões acima apresentadas e com vista a exemplificar a diversidade de sentidos atribuídos a relação entre as OSC e o Estado no âmbito da assistência social, podemos sistematizar a caracterização da relação Estado-OSC em duas grandes formas de compreensão das relações – que em certa medida podem ser consideradas antagônicas – e em três atributos que definem a relação em maior ou menor grau. De forma geral, semelhante ao que está presente na literatura acadêmica, as parcerias ora são caracterizadas como (1) uma “transferência de responsabilidade” do Estado pela execução da assistência social às organizações (Perez, 2005; Souza 2017), ou (2) uma forma de “participação e inclusão” da sociedade civil nas políticas públicas (Bichir et al., 2017; P. Spink & Ramos, 2016). Em alguma medida estes são debates que estão presentes tanto no âmbito acadêmico quanto na gestão pública, algo que evidencia que há *repertórios* compartilhados na esfera societal que são reinterpretados pelas trabalhadoras da ponta que atuam na mediação das parcerias. Tais repertórios são ressignificados nas práticas discursivas a partir de suas vivências, visões de mundo e cotidianos de trabalhos. De forma complementar, três atributos foram amplamente utilizados para qualificar a relação: (1) marcada por um “distanciamento” do poder público em relação as/os trabalhadores e ao cotidiano dos serviços, (2) possibilidade de “cooperação e aprendizado” entre atores da sociedade civil e do Estado (3) permeada por “desigualdades de poder” entre as duas esferas.

No que concerne às esferas de Estado e sociedade civil, notamos que nos relatos algumas formas de caracterização e construção de sentido foram predominantes. Por exemplo, o Estado foi compreendido como: (1) um “órgão promotor”, ou seja, aquele que detém recursos e capacidades para “promover”, viabilizar, suscitar ações e políticas públicas; (2) um “aparelho de coerção”, quando é visto como aquele que coage, que reprime, que é autoritário, que usa o poder de coerção; (3) “instância reguladora e coordenadora” da vida social, que cria leis e diretrizes que regulamentam o funcionamento de serviços, da própria sociedade civil e das relações entre sociedade civil e Estado (seja pelo uso da

força e de métodos mais coercitivos, ou por formas mais dialógicas e democráticas); (4) uma “esfera permeável”, ou seja, passível de ser disputada, suscetível às pressões da sociedade civil; e (5) como um “aparelho difuso”, formado por diversas instâncias instituições, leis, burocracias, atores, que engloba diferentes níveis (municipal, federal, nacional) e diferentes poderes (legislativo, judiciário, executivo) e responsabilidades.

Já a sociedade civil foi entendida como aquela esfera que: (1) “reivindica”, que luta para que o Estado zele por seus interesses, que se organiza e disputa o próprio Estado; (2) é “afetada” pelas ações do Estado, seja de forma negativa (pela falta de ações e precarização de serviços) ou positiva (pela promoção de políticas públicas e garantia de direitos); (3) “executa e operacionaliza” ações e serviços muitas vezes de responsabilidade estatal, uma sociedade civil que se organiza para suprir a falta do Estado; (4) “constrói junto”, que participa das instâncias de controle social para a construção de políticas públicas, ou também as próprias OSC que atuam junto no desenvolvimento dos serviços; e (5) “difusa”, também permeada por distintas lógicas, atores, instâncias, movimentos e racionalidades, passando também relações de poder, hierarquias e distinções político-ideológicas.

A sistematização acima apresentada tem utilidade analítica, ou seja, é uma forma de organizar e sistematizar parte dos conteúdos mobilizados. Tal sistematização buscou mostrar exemplos da diversidade de sentidos mobilizados, ao mesmo tempo em que apresentou os conteúdos predominantes e compartilhados. Contudo, no âmbito discursivo (nas falas das pessoas entrevistadas), estas caracterizações aparecem de forma conjunta e articulada. Como mencionamos anteriormente, uma mesma pessoa utilizou distintas nomenclaturas para nomear o Estado ou a sociedade civil.

Considerações finais

Normalmente, a análise das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito das políticas públicas ocorre a partir de compreensões macrosociais. Essas pesquisas pouco se atentam para os aspectos microsociais da relação, muito menos sobre a forma em como macrocategorias amplamente utilizadas nas políticas públicas são compreendidas por aquelas que estão na linha de frente da implementação de uma política pública. Por exemplo, frequentemente essas análises fazem uso das noções de Estado e de sociedade civil de forma generalizante,

podendo gerar problemas na forma como as relações e os processos sociopolíticos são interpretados e explicados nas produções acadêmicas.

Estado e sociedade civil são conceitos de característica macrossocial que, ao mesmo tempo em que generalizam uma ampla rede de fenômenos, reduzem a complexidade do mundo. Em outras palavras, estes conceitos podem ser considerados como conceitos “guarda-chuva”, pois não existe um Estado em “si”, mas um emaranhado de instituições, atores, normativas e burocracias que conformam o que chamamos de Estado. Por outro lado, o uso da palavra Estado, em seu caráter redutivo, auxilia a produção de reflexões “amplas” e gerais, facilitando o processo comunicativo tanto no meio acadêmico quanto nas práticas cotidianas. Entretanto, uma crítica que nos parece pertinente de ser levada em consideração é que o uso destes conceitos, em muitos momentos, acaba por ser transposto do nível macro ao nível microssocial sem os devidos cuidados – posto que, em análises microssociais, o uso de categorias generalizantes empobrece a capacidade analítica ao simplificar processos que são múltiplos e relacionais.

Pudemos observar a partir da análise das entrevistas que foram muitos os repertórios utilizados para fazer menção a cada instância que compõe o poder público e a sociedade civil, algo que evidencia que os conceitos de “Estado” e de “sociedade civil” são polisêmicos e difusos, abrangendo uma grande heterogeneidade de atores, instituições, cargos, instâncias, legislações, etc. Desse modo, não há como falar em uma “sociedade civil” ou um “Estado”, mas sim redes relacionais compostas por múltiplos atores (individuais e coletivos) e instituições.

Por fim, vimos também que, no nível microssocial, análises sobre a relação e caracterização das OSC e o poder público na política de assistência também são perpassadas por divergências, conflitos e tensionamentos. Semelhante ao que a literatura acadêmica aborda, para alguns as parcerias são uma forma de terceirização e desresponsabilização estatal, para outros uma possibilidade de inclusão e participação da sociedade civil. De forma geral, a relação foi avaliada como “distante”, “difícil” e “conflituosa”, mas necessária para operacionalização da assistência social. Outras vezes, a relação Estado-OSC ganhou atributos positivos, como os de “parceria”, “cooperação”, “aprendizado”, onde eram destacados aspectos como a possibilidade de construção conjunta dos serviços, maior qualificação e especialização no trabalho desenvolvido, aumento da participação da sociedade

civil nos espaços decisórios da política, entre outros. Esta multiplicidade de reportórios utilizados para falar sobre a relação Estado-OSC mostra como tal relação é complexa e multifacetada, algo que evidencia a necessidade de análises cuidadosas que levem em consideração os diferentes elementos do fenômeno estudado.

Referências

- Bichir, R., Brettas, G. H., & Canato, P. (2017). Multi-level governance in federal contexts: The Social Assistance Policy in the City of São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, 11(2), e0003. doi: 10.1590/1981-3821201700020003
- Brettas, G. H. (2016). *O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil: dilemas e tensões na provisão de serviços* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-27072016-103637/pt-br.php>
- Chiachio, N. B. (2006). *Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos. O caso da assistência social* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17784>
- Cordeiro, M. P., & Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um setor terceirizado. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 41-52. doi: 10.1590/1982-02752017000100005
- Cordeiro, M. P., Svartman, B., & Souza, L. V. (Orgs.). (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Costa, J. F. A. (2016). *Cidadania, Reconhecimento e Proteção Social: um estudo sobre serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-08022017-100738/pt-br.php>
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2013). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (4ª ed., pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.
- Ibañez, T. (2001). *Psicología Social Construcccionista* (2ª ed.). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Ibañez, T. (2003). La construcción social del socioconstruccionismo: retrospectiva y perspectivas. *Política y Sociedad*, 40(1), 155-160. Recuperado de <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0303130155A>
- Iñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era ‘post-construccionista’. *Athenea Digital*, 8, 1-7. doi: 10.5565/rev/athenead/v1n8.235
- Jaccoud, L., Bichir, R., & Mesquita, A. C. (2017). O SUAS na proteção social brasileira. *Novos Estudos*, 36(2), 37-53. doi: 10.25091/S0101-3300201700020003
- Lara, M. F. (2020). *A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na assistência social do município de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.47.2020.tde-24122021-113335
- Lara, M. F., & Cordeiro, M. P. (2019). A assistência social no Brasil: uma análise histórica das relações entre OSC e Estado. In M. P. Cordeiro,

- Lara M. F. A., Aragusuku H. A., & R. L. A. Maia (Orgs.), *Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas* (pp. 50-65). São Paulo: IPUSP.
- Lavalle, A., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. (Orgs.). (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: IESP/EduERJ/CEM.
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lopez, F. G., & Abreu, R. (2014). *A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais*. Brasília: IPEA.
- Marin, T. R. (2012). *Entre a caridade e os direitos sociais: a política da política de assistência social no município de São Paulo (1989-2012)* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-112525
- Mendonça, P. M. E. (2017). *Parcerias entre Estado e OSC – desafios na construção de colaborações para implementação da Lei 13.019/2014*. Relatório de Pesquisa apresentado ao ICNL e o USAID. Recuperado de https://www.icnl.org/wp-content/uploads/our-work_MendoncaMROSCimplementacao-Final.pdf
- Mestriner, M. L. (2008). *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Pereira, G. N. (2019). *A governança da política de assistência social na cidade de São Paulo: um olhar para as burocracias de médio escalão* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo). Recuperado de <https://biblioteca.ufabc.edu.br/mobile/detalhe.php?idioma=ptbr&acesso=web&codigo=117940&tipo=1&detalhe=0&busca=0>
- Perez, O. C. (2005). *ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27102005-103112/pt-br.php>
- Souza, E. S. (2017). *A parceria entre Estado e as organizações sociais por meio de convênio para execução da assistência social no Grajaú – São Paulo - SP* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19903>
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. (Org.). (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J., & Medrado, B. (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-20). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constructivista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. doi: 10.1590/S010271822003000200003
- Spink, P. (2018). Psicologia e políticas públicas. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. Vilela e Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 13-21). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Spink, P., & Ramos, A. M. F. (2016). Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. *O Social em Questão*, 11(26), 285-310. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13_OSQ_36_Spink_Ramos.pdf
- Sposati, A. (2002). *A política de assistência social na cidade de São Paulo* (2ª ed.). São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP.

¹O funcionamento da rede socioassistencial em São Paulo está mais bem detalhado em Lara, 2020; Bichir Brettas e Canato (2017) e Pereira (2019).

²O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP e aprovado mediante parecer nº 4.786.939.

Maria Fernanda Aguilar Lara, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), é Doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Endereço para correspondência: Av. Professor Mello Moraes, 1721, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.508-030. Telefone: (11) 3091-4178. Email: mariaf.lara@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2354-7733>

Mariana Prioli Cordeiro, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é Professora no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Email: mpriolicordeiro@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5523-5099>

Recebido em 10.fev.22
Revisado em 14.nov.22
Aceito em 03.dez.22